

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TATYANE OLIVEIRA ALVARENGA

INVESTIGAÇÃO DE *LOBBYING* NA SEGUNDA MINUTA DE EXPOSIÇÃO DA NORMA
INTERNACIONAL DE RECONHECIMENTO DE RECEITA

Goiânia (GO)
2015

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

TATYANE OLIVEIRA ALVARENGA

INVESTIGAÇÃO DE *LOBBYING* NA SEGUNDA MINUTA DE EXPOSIÇÃO DA NORMA
INTERNACIONAL DE RECONHECIMENTO DE RECEITA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo

Goiânia (GO)
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Alvarenga, Tatyane Oliveira
INVESTIGAÇÃO DE LOBBYING NA SEGUNDA MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DA NORMA INTERNACIONAL DE RECONHECIMENTO
DE RECEITA [manuscrito] / Tatyane Oliveira Alvarenga. - 2015.
41 f.

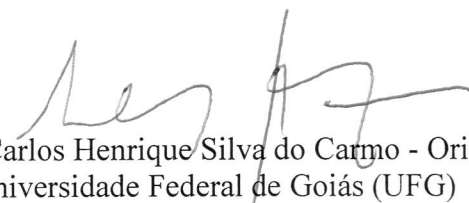
Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e
Ciências Econômicas (FACE) , Ciências Contábeis, Goiânia, 2015.
Bibliografia.
Inclui siglas, tabelas, lista de tabelas.

1. Convergência Contábil. 2. Lobbying. 3. IASB. 4. IFRS. I. Carmo,
Carlos Henrique Silva do, orient. II. Título.

TATYANE OLIVEIRA ALVARENGA

INVESTIGAÇÃO DE *LOBBYING* NA SEGUNDA MINUTA DE EXPOSIÇÃO DA
NORMA INTERNACIONAL DE RECONHECIMENTO DE RECEITA

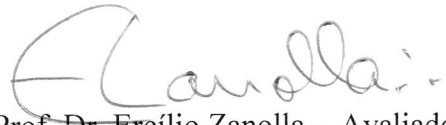
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo - Orientador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Ilírio José Rech - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Ercílio Zanolla - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 22 de junho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me apoiaram na decisão de sair da zona de conforto e seguir uma nova direção, sem o qual, eu jamais teria conseguido. Primeiramente, agradeço ao meu esposo Marco Aurélio pelo apoio, compreensão e encorajamento. Agradeço aos meus pais Manoel e Francisca e a minha irmã Thays por sempre me apoiarem.

Ao professor Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo por ter me inspirado para a área de contabilidade internacional, e por ter me guiado durante todo esse percurso, contribuindo com seus conhecimentos e disponibilizado muito material.

Agradeço aos amigos do IFG por me encorajar, e me ‘cobrir’ quando necessário. Em especial à Fernanda da Cruz Rocha, Cintia Campos Ferreira, Marina Gomes Cristino e Flávio Ezzeddine El Assal. Obrigado pelo apoio! Agradeço aos amigos que fiz na UFG por ouvir e ajudar a fazer com que a trajetória fosse menos desgastante, Paulo Henrique, Wanessa, Talita, Jordanna, Samir, Luan, Alessandra, Gabriel, Leandro, Aline, Rosana, Jéssika, Júlio Cesar, Kerley, Ingrid, Karla e Amábile. Agradeço em especial ao Prof. Me. Lacordaire Vieira (PUC-GO) *in memoriam*, por ter me ensinado alguns cuidados com a escrita, o aprendizado de outrora jamais será esquecido professor!

“accounting has become a pawn in a game of political chess”

Stephen A. Zeff

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Variáveis da Pesquisa	29
Quadro 2 – Resultados das Hipóteses Testadas	36
Tabela 1 – Localização Geográfica dos Respondentes	30
Tabela 2 – Categoria que os Respondentes Pertencem	31
Tabela 3 – Alinhamento entre categoria de respondente e aceitação de comentário	33
Tabela 4 – Fator de Inflação da Variância (VIF) encontrado em cada variável	34
Tabela 5 – Modelo de Regressão Logística Aplicado	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IASB - International Accounting Standard Board

IFRS - International Financial Reporting Standard

IAS - International Accounting Standard

IFRIC - International Financial Reporting Interpretation Committee

IASC - International Accounting Standard Committee

ICAEW - Institute of Chartered Accountants of England and Wales

FASB - Financial Accounting Standard Board

SEC - Security Exchange Commission

CVM - Companhia de Valores Mobiliários

FMI - Fundo Monetário Internacional

AICPA - American Institute of Chartered Public Accountants

ASC - Accounting Standard Codification

FEI - Financial Executives International

PCFRC - Private Company Financial Reporting Committee

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas

IBM - International Business Machine

CPA - Chartered Public Accountants

ROC - Receiver Operating Characteristics

VIF - Variance Inflation Factor

RESUMO

As maiores economias globais iniciaram em 2002 um grande projeto de convergência contábil. O IASB (*International Accounting Standard Board*) foi definido como o responsável pela emissão das normas contábeis, que são de interesses de vários grupos, como preparadores, reguladores nacionais, profissionais contábeis, investidores e acadêmicos. Em virtude das consequências econômicas envolvidas na sua adoção, os interessados pressionam o IASB para que as suas preferências estejam alinhadas a decisão final do órgão, por meio de uma prática conhecida como *lobbying*. Essa pesquisa teve por objetivo verificar a associação entre as características dos respondentes à 2ª minuta de exposição da norma internacional sobre Reconhecimento de Receita e a emissão da IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*. Através da análise de 359 cartas comentário recebidas no processo de consulta pública à 2ª minuta de exposição da norma, se identificou os grupos participantes do processo e suas respostas a uma das questões em que o IASB retrocedeu em sua posição, em seguida pela técnica da regressão logística, procurou-se verificar o alinhamento entre a decisão final do órgão e as características de algum grupo específico. Os resultados evidenciaram a priori que o IASB atendeu a demanda da maioria dos respondentes, porém a regressão identificou que a característica do participante está associada ao seu sucesso como lobista, já que os preparadores e os reguladores nacionais apresentaram mais chance de terem seus comentários associados à posição final do IASB do que os demais.

Palavras-chave: Convergência contábil. Lobbying. IFRS. IASB.

ABSTRACT

The greatest global economies became in 2002 an accounting convergence project. The IASB (International Accounting Standard Board) was defined as the responsible for the standard emission, that are interesting to many groups as the preparers, national regulators, professionals, investors and academics. Because of the economic consequences involved on its adoptions, the stakeholders press the IASB to consider their preferences, using a practice known as lobbying. This research has the aim to verify the association between the respondents' to the 2nd Exposure Draft of international standard related to Revenue Recognition characteristics and IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers emission through the analysis of 359 comment letters received in the public consultation process to the 2nd exposure draft, the stakeholders to the due process and their answers were identified to one of the questions in which the board changed their position, then using the logistic regression technique, the practice of lobbying was empirically investigated in this part of the due process. The results showed that in general the IASB attempt the majority of the respondents' preferences, although the regression identified that the participants' characteristics is associated with their success as lobbyist, as the preparers and national regulators had more chance to have their comments associated with the IASB's final position than the others.

Key-words: Accounting Convergence. Lobbying. IFRS. IASB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3 OBJETIVO GERAL	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 POLÍTICA NA ELABORAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS		14
2.2 ASPECTOS GERAIS DO <i>INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD</i>	16
2.3 <i>LOBBYING</i> NAS NORMAS CONTÁBEIS	17
2.4 PESQUISAS SOBRE <i>LOBBYING</i> NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS		18
3. METODOLOGIA	25
3.1 PLANO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	30
4.2 RESULTADOS DA REGRESSÃO LOGÍSTICA	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os mercados estão conectados e várias empresas operam em diversos países. Ainda assim, a contabilidade da matriz e da filial muitas vezes apresentam dados diferentes. A contabilidade apresenta informações da situação da empresa para a tomada de decisão. Além desse fim, a contabilidade é imprescindível para que haja interação, para que seja a mesma independente do local, e assim o processo internacional de convergência das normas contábeis surgiu para responder a essa demanda.

Ao longo de sua história a contabilidade se ateve mais à forma do que à essência. Ao invés de percentagens fixas, a análise contábil corrente, demanda subjetividade na avaliação. O processo de internacionalização responde entre outras coisas a essas demandas, já que o mercado requer uma ciência de linguagem global, com base em princípios e com foco no evento econômico (CARVALHO; CARMO, 2012).

Os países, no exercício de sua soberania, desenvolveram ao longo dos anos, formas particulares de contabilizar os diversos contratos que são firmados pelas empresas e formas particulares para responder às exigências fiscais. Contudo, essas informações nem sempre demonstram a *performance* da empresa, o que por sua vez não responde às necessidades dos investidores, que não tendo acesso ao desempenho financeiro da entidade não tem ferramentas para avaliar em que investir.

Escândalos contábeis como o da ENRON é um exemplo de eventos que fizeram com que os países reguladores e organizações internacionais se questionassem quanto ao papel da contabilidade, o que em conjunto com outras demandas culminaram com o processo de internacionalização das normas. A crise financeira de 2007-9 foi um dos episódios mais drásticos e estimulou um debate que até então era exclusivo de especialistas: as regras contábeis. A reação política à crise financeira colocou os padrões contábeis e o órgão de convergência sob os holofotes aos quais eles estiveram evitando por décadas. (BOTZEN, 2012).

Para responder a essas questões, a convergência contábil se consolidou através do IASB *International Accounting Standards Board*, uma entidade privada já atuante desde 1973, independente e autônoma. Esse órgão tem como objetivo desenvolver pronunciamentos

de alta qualidade com princípios articulados que sejam exequíveis e aceitáveis globalmente (FUNDAÇÃO IFRS, 2014a). O Brasil aderiu a esse processo em 2007 com a promulgação da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, em 2014, mais de 120 países já haviam adotado essas normas parcialmente ou integralmente, segundo dados da própria fundação.

O processo de elaboração dessas normas é composto das etapas como: agenda de discussões, planejamento de projeto; documento para discussão e minuta de exposição da ou alteração da norma, dentre outras. A participação dos usuários para discussão do proposto pelo órgão tem seu espaço garantido tanto em reuniões e *workshops* como através do envio de cartas comentário (FUNDAÇÃO IFRS, 2014b). Corroborando com o intuito de melhorar a qualidade das informações contábeis.

Apesar de os órgãos normatizadores se comprometerem a agir no interesse do investidor é evidente que diante da diversidade de práticas existentes e que pelo impacto econômico que podem causar em cada setor, os demais grupos de usuários procurem também pressionar o órgão durante o seu processo de elaboração, a fim de influenciar no conteúdo final da norma (ZEFF, 2008).

Essa participação pode ajudar o órgão a melhor direcionar as normas e rever aspectos que sejam relevantes para aquele grupo em específico, além disso, ouvir as demandas dos grupos ajuda o órgão a promover a legitimidade de suas normas, que depende da participação daqueles afetados por elas. Leuz *et al*, (2004 *apud* GINER; ARCE, 2012). Os participantes praticam *lobbying*, tentando influenciar os normatizadores. Mas, ao contrário do que se possa pensar, essa atividade não é desonesta ou antiética e sim uma ação legítima (CARMO, 2014).

A IFRS 15 *Revenue from contracts with customers*, que trata do reconhecimento da receita foi desenvolvida pelo IASB em conjunto com o FASB. A norma estabelece um único quadro compreensível para o reconhecimento de receita e será aplicado em transações industriais e manufatureiras e pretende melhorar a comparabilidade das companhias globalmente. Antes do desenvolvimento dessa norma havia uma diversidade significativa de práticas de reconhecimento de receitas (FUNDAÇÃO IFRS, 2014c).

A receita é um dos indicadores do desempenho econômico da entidade. É o item pelo qual se inicia a Demonstração do Resultado do Exercício, é vital para as empresas, e assuntos que possam influenciar seu valor, é sempre fonte de preocupação. Mudanças nos procedimentos de seu reconhecimento podem afetar o pagamento de impostos, a distribuição de dividendos, os bônus e planos de incentivos, o sistema de informação como um todo merecendo grande atenção, pois impacta na maneira como as entidades realizam seus negócios e na percepção que o usuário da informação tem de seu desempenho (CARVALHO;

CARMO, 2012).

A nova norma proposta trará mudanças na forma de contabilização das receitas e afetará: quando uma entidade poderá reconhecer a receita; como a receita será mensurada e como ela deverá ser apresentada nas demonstrações. Dois princípios que direcionam essas questões são de que a receita só será auferida quando a obrigação for satisfeita e quando aplicável, a receita deverá ser alocada para as diferentes obrigações contratuais com os clientes e reconhecidas de forma separada (CARVALHO; CARMO, 2012).

O impacto da adoção da nova norma no Brasil dar-se-á pela substituição de dois pronunciamentos contábeis o IAS 18 *Revenue*, que trata de receita, e o IAS 11 *Construction Contracts*, contrato de construção e as interpretações IFRIC 13 *Customer Loyalty Programmes*, programa de fidelização de clientes, IFRIC 15 *Agreements for the Construction of Real Estate*, acordos para as construções de imobiliárias, e IFRIC 18 *Transfers of Assets from Customers*, transferência de ativos para clientes, mas nos Estados Unidos da América, ela substituirá 140 tipos diferentes de procedimentos (CARVALHO; CARMO, 2012).

A abrangência dessa norma pode também ser comprovada pelo extenso processo de elaboração. Mais de 650 reuniões foram realizadas, muitos comitês e grupos consultivos foram ouvidos, além de uma revisão do rascunho de exposição e mais de 1.500 cartas comentários recebidas. A norma começou a ser desenvolvida em 2008, foi publicada em 2014 e seria aplicada a partir de 2017 (FUNDAÇÃO IFRS, 2014c). No entanto, por conta dos custos de implantá-la, e da solicitação dos participantes do processo nas cartas, um novo rascunho foi emitido em 2015 propondo o adiamento dessa data para 2018.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da nova perspectiva de internacionalização das normas contábeis a partir da atuação do IASB, e da complexidade do processo de elaboração de uma norma de contabilidade de projeção internacional, pretende-se responder o seguinte problema:

Quais as características associadas ao *lobbying* dos respondentes à 2ª minuta de exposição da norma sobre Reconhecimento de Receita e o texto de emissão da IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*.

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo da presente pesquisa foi de:

Verificar quais as características associadas ao *lobbying* dos respondentes à 2ª minuta de exposição da norma sobre Reconhecimento de Receita e o texto de emissão da IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*.

1.4 JUSTIFICATIVA

O IASB determina as normas contábeis. A normatização e conseqüentemente a regulação, por envolver vários elementos importantes para as empresas, é fruto de pressão política por parte dos *stakeholders* (ZEFF, 2008). Os grupos tem interesses conflitantes como: 1) empresas que querem financiar suas atividades com o lucro divulgando as informações com o menor custo possível; 2) investidores que querem receber o máximo de dividendos e obter o maior número de informações para tomar suas decisões ou ainda e 3) as firmas de auditoria que querem aumentar o valor dos seus honorários. Como se observa a pressão se dá em diversos sentidos divergentes (CARMO, 2014).

A IFRS 15 trata de um assunto polêmico e com diferentes práticas entre os países, e por isso foi objeto de outras pesquisas, como a de Carmo (2014). Tratar da última etapa de sua elaboração contribui para os estudos na área, auxiliando na compreensão do processo de *lobbying* realizado pelos grupos, além de contribuir com as pesquisas nacionais sobre o tema que ainda são poucas, em um ambiente em que a própria convergência ao IASB é recente.

Padronizar as normas contábeis elaboradas por todos os países do mundo trata de processo denominado convergência que tem como finalidade propiciar a comparabilidade entre as entidades. Convergência e comparabilidade são conceitos desafiantes no âmbito de um país, quem dirá em termos globais, o que nos leva a refletir sobre os obstáculos que se impõem a esse processo. E nos remete ao questionamento de como identificar e eleger a semelhança e a diferença em um nível global (ZEFF, 2007).

No processo de convergência o normatizador se depara com as diferentes culturas, na

forma de negócios da contabilidade, da auditoria e da regulação. Cada país tem na sua cultura elementos distintos, como a forma de calcular o imposto de renda, suas próprias estruturas corporativas ou concessão de deduções governamentais. Além desses pontos, ainda se tem desafios quanto à interpretação, à língua, à terminologia e ao impacto da política estatal sobre as normas (ZEFF, 2007).

Esse trabalho é importante, pois tem o *lobbying* como foco, no âmbito do IASB, e com vista no seu papel como normatizador global, e em vista da adoção das IFRS pelo Brasil, até mesmo para os balanços individuais, é relevante obter elementos do funcionamento do processo tanto para o IASB quanto para as partes interessadas. Vale ressaltar que o normatizador tem uma dimensão internacional e que os próprios reguladores, por conta do seu poder de *enforcement*, têm atuado também como parte interessada.

Além disso, esse estudo procura contribuir com os demais estudos na área na verificação da eficácia de modelos que visam não só descrever o comportamento, como também, apontar a probabilidade de ocorrência dos mesmos. O processo de elaboração de um padrão contábil é seletivo, já que alguns procedimentos serão eleitos em detrimento de outros. O comportamento do IASB em relação a essa eleição e se alguma característica do participante pode ser observada alinhada ao padrão estabelecido é fundamental para descrever como o *lobbying* acontece.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. POLÍTICA NA ELABORAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS

Política e contabilidade são dois termos que não encontramos juntos com frequência, mas a contabilidade tem servido a diversos regimes políticos. E apesar da aplicação de regras não remeter a priori a essa dimensão da prática, ela é o meio pelo qual os grupos sociais conseguem modificar sua situação econômica. Sendo assim, o processo político muda a prática contábil e as atividades relacionadas a essa ciência impactam o bem-estar da sociedade e de seus membros (ORDEIHELDE, 2004).

Quando organizações internacionais ou órgãos nacionais formulam regras contábeis, agências governamentais, preparadores, analistas financeiros, auditores, conselheiros de

investimentos e de impostos, sindicatos, acadêmicos, advogados e as demais partes afetadas não permanecem estáticos como meros observadores, eles propõem modificações para defender seu *status quo*. A contabilidade é também influenciada pela política, já que sua aplicação é o meio pelo qual se emprega e se reforça o *status* do grupo dominante (ORDEIHELDE, 2004).

No centro desse jogo político, está o IASB (*International Accounting Standard Board*), que é uma órgão internacional para a padronização contábil. O IASB iniciou sua história em 1973, com o seu predecessor o IASC (*International Accounting Standards Committee*). Esse órgão surgiu de uma iniciativa do setor privado, quase que exclusivamente dos profissionais contábeis, em resposta à internacionalização dos mercados de capitais pós 2ª Guerra Mundial. O seu impacto modesto inicialmente, reflete o poder limitado da classe contábil na maioria dos países na imposição de padrões contábeis (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

A ideia de sua criação surgiu com o Senhor Henry Benson, então presidente do Instituto de Contadores Públicos da Inglaterra e do País de Gales (ICAEW), que percebeu que com o aumento de multinacionais na década de 60 haveria uma necessidade de comparar as informações financeiras de diferentes partes do mundo. Ele procurou unir os membros profissionais de vários países, Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos, com o objetivo de estabelecer um órgão que procurasse reduzir essas diferenças (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

No início as normas eram bem flexíveis, mas com o avanço da globalização nas décadas de 80 e 90, e com o encorajamento dos maiores reguladores de mercados de capitais, eles melhoraram seu padrão para um nível que passou a ganhar atenção e respeito de reguladores nacionais, regionais, normatizadores e multinacionais. Finalmente em meados de 2002 o órgão se reformulou sob o nome de IASB com reconhecimento e aceitação internacional. Os membros do IASC compartilhavam o ideal de um mundo em que uma transação seria contabilizada de forma semelhante independente de onde ela estivesse sendo elaborada. Persuadir os outros a apoiarem esse objetivo foi o papel do IASC ao longo de 27 anos de existência. (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

O IASC enfrentou grande dificuldade de adesão, as companhias sequer citavam o órgão. As 26 normas emitidas até 1987 tratavam de tópicos comuns como estoques e depreciação e ainda com uma concepção de que as normas não deveriam prescrever um único tratamento contábil para cada tópico. Mas o IASC mudou sua direção em 1987, alterando a abordagem da padronização para ganhar o apoio dos reguladores de mercados de capitais.

Levou todo esse tempo para que o IASC deixasse de ser um mero coletor das melhores práticas contábeis existentes para se tornar um órgão que determina que prática se tornará o padrão mundial (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

2.2 ASPECTOS GERAIS DO *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD*

O IASB é o órgão independente de padronização da Fundação IFRS. A fundação trabalha no interesse público com o objetivo de desenvolver um conjunto de pronunciamentos contábeis baseados em princípios articulados de qualidade, que sejam compreensíveis, exequíveis e aceitáveis, bem como, promover e facilitar a adoção das normas, bem como promover seu uso e rigorosa aplicação e considerar as necessidades das economias emergentes. (FUNDAÇÃO IFRS, 2014d).

Em 2006, um dos momentos mais importantes para o órgão, o IASB e o FASB, *Financial Accounting Standard Board*, normatizador americano, definiram um memorando de entendimento para aceleração do programa de convergência e um ano depois a SEC (*Security Exchange Commission*), órgão que se assemelha a CVM no Brasil, passou a permitir que as empresas não americanas reportem o uso de IFRS em seu território. Seu Padrão contábil global é publicamente amparado por organizações internacionais como o G20, o Banco Mundial e o FMI, e o órgão já tem suas normas aceitas por mais de 120 países (FUNDAÇÃO IFRS, 2014d).

A Fundação IFRS é estruturada da seguinte forma: Um conselho de monitoramento constituído por autoridades representativas do mercado de valores mobiliários nomeia e monitoram os Curadores, responsáveis pela governança, eles por sua vez supervisionam, verificam a eficácia, promovem iniciativas de financiamento do órgão e nomeiam os membros para: o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, que é a equipe técnica responsável pela elaboração das normas; o Comitê de Interpretação e Relatório Financeiro Internacional, que é a equipe técnica responsável pela interpretação das normas; e Conselho Consultivo de IFRS, responsável por prover assessoria estratégica para os responsáveis pela emissão da norma (FUNDAÇÃO IFRS, 2014b).

O processo de elaboração da norma se pauta por uma preocupação com a transparência e a possibilidade de participação nas discussões arroladas pelo órgão, através de consulta pública. A equipe técnica aponta questões que mereçam a atenção do *board*, a partir

daí, apontados na agenda de discussões. A partir da agenda eles elaboram um projeto. O primeiro documento para participação pública é o Documento de Discussão (*Discussion Paper*), nessa etapa, apenas uma visão geral do assunto é apresentada. Após essa parte, o IASB elabora uma minuta de exposição (*Exposure Draft*) da norma, na qual o órgão elabora uma proposta concreta da norma e a publica em seu endereço eletrônico por um prazo determinado para que os interessados façam seus comentários. Nessa etapa o órgão traz as questões pontuais e relevantes para que sejam discutidas. O órgão pode emitir outras edições das minutas quando julgar necessário. Quando acaba essa etapa o IASB emite a IFRS. Dois anos após o decurso de sua emissão faz uma revisão da norma. (FUNDAÇÃO IFRS, 2014b).

Como se observa, o processo de normatização prevê formalmente espaços para que os grupos de interesse se manifestem. Como essas demandas tentam justificar e preservar a situação econômica daquele grupo em específico, as propostas que o órgão recebe são conflitantes. E por isso, a escolha da norma contábil apropriada reflete em parte um aspecto social pelo qual se procura administrar esses conflitos selecionando a solução mais aceitável. Esse aspecto de natureza política suscita questionamentos a quem observa o processo quanto à resposta do normatizador à pressão e a distribuição do poder entre os grupos em competição (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

2.3 LOBBYING NAS NORMAS CONTÁBEIS

Interessados no modo de condução da norma pressionaram o normatizador para não aprovar a norma que contenha o aspecto que eles não queiram ou para adotar uma proposta que lhes traga benefícios. Isso é chamado de *lobbying* e pode acontecer através de cartas, ou proferindo um testemunho oral em uma audiência organizada pelo normatizador. Há também o *lobbying* político, que vai além dessa definição e implica a realização de campanhas contra uma proposta, nas quais os lobistas fazem ameaças públicas ou veladas de perseguir a intervenção de derrubar uma norma, ou até de comprometer a reputação, independência, poder e até a existência do normatizador (ZEFF, 2008).

Diante do processo de convergência, as normas estão sendo substituídas ou adaptadas. O *lobbying* emerge justamente nas circunstâncias em que o normatizador propõe a padronização de um tópico ainda não tratado, ou pretende eliminar, ou reduzir os tratamentos contábeis opcionais de uma norma existente. A tarefa do normatizador é de determinar quando

e quanto de um *lobbying* político traz argumentos relevantes ou não para a elaboração da norma. (ZEFF, 2008).

A abordagem política situou a padronização no âmbito da regulação do capitalismo global. Por isso, além da contestação do conteúdo das regras há também barganha quanto à composição do *board* que toma as decisões. O IASB adquiriu as propriedades de um ator no seu próprio direito e se tornou o jogador principal, sua posição e as implicações políticas e econômicas da padronização privada, o coloca no centro das atenções. (BOTZEN, 2012).

2.4 PESQUISAS SOBRE *LOBBYING* NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS

As pesquisas sobre participação no processo de padronização contábil são geralmente classificadas em três grupos de pensamento teórico: no Grupo da Teoria da Contabilidade Positiva, no Grupo da Teoria Econômica de Democracia e no Grupo de Aliança e Influência. Enquanto os dois primeiros grupos estão pautados para explicar as motivações dos lobistas, o terceiro grupo está preocupado em estudar os efeitos do *lobbying* na elaboração das normas contábeis (CARMO; RIBEIRO, 2015). Abaixo é apresentada uma síntese do pensamento por trás de cada uma das abordagens.

O Grupo da Teoria da Contabilidade Positiva estuda as motivações econômicas pelas quais se pautam o posicionamento dos preparadores em um determinado projeto de normatização. E como essa motivação afeta o ímpeto desse grupo por praticar ‘*lobby*’ contrário ou a favor da norma. A teoria sugere que a participação é direcionada pela consequência econômica oriunda dos resultados da norma. Os principais teóricos desse grupo são Watts e Zimmerman (1978) (DUROCHER; FORTIN; CÔTÉ, 2007).

O Grupo da Teoria Econômica de Democracia faz em seus estudos uma analogia da decisão de participar no devido processo normativo com a decisão de votar em um sistema político. Aqui também o interesse é na motivação econômica da participação. O argumento dos teóricos desse grupo é de que o indivíduo só vai participar se perceber algum benefício em fazer isso. A participação será maior entre aqueles que tiverem consequências econômicas maiores advindas do resultado. Dentro dessa teoria Lindhal (1987) incorporou a Lógica da Ação Coletiva para explicar que o indivíduo não vai contribuir em uma ação coletiva para obter um bem público mesmo que beneficie a todos. O indivíduo agirá como uma pessoa que ‘pega carona’, e não vai participar a menos que incentivos sejam introduzidos. Os principais

teóricos dessa fase são Sutton (1984) e Lindahl (1987) (DUROCHER; FORTIN; CÔTÉ, 2007).

Já o Grupo da Influência e Aliança estuda as alianças em potencial dos grupos e observa a influência desses grupos nas decisões dos normatizadores. Essa teoria surgiu com alegações de que o FASB, normatizador americano, estava sendo ‘dominado’ pelas maiores firmas de acessoria contábil e pelo Instituto de Contadores Públicos Americanos (AICPA) e assim, pelas grandes corporações. Apesar dessas alegações, os resultados encontrados pelos estudiosos dessa teoria são bastante divergentes. Os principais teóricos dessa fase são: Haring (1979) e Puro (1985) (DUROCHER; FORTIN; CÔTÉ, 2007).

Os estudos sobre *lobbying* no processo de normatização podem tanto se pautar em normatizadores nacionais como o FASB, principalmente antes da convergência, como também nos normatizadores internacionais como o IASB. Eles ainda podem se restringir à observação de participantes em específico, como preparadores, usuários, etc. Ou no próprio normatizador, na sua estrutura, na escolha dos membros. Em decisões jurídicas envolvendo *lobbying* político. E no *lobbying* no processo decisório do normatizador. Sendo o último, o foco desse trabalho. Apresenta-se abaixo algumas pesquisas que já foram realizadas na área.

O trabalho realizado por MacLeay, Ordelheide e Young (2004) sob o título *Constituent Lobbying and Its Impacts on the Development of Financial Reporting Regulations: Evidence from Germany*, (**Lobbying Constituinte e Impacto no Desenvolvimento de Regulações de Relatórios Financeiros: Evidências da Alemanha**), se constitui do exame da atividade de *lobbying* pública naquele país durante o período em que a Quarta Lei Diretiva da Companhia Europeia foi transformada na Lei Comercial da Alemanha.

É um estudo que se distancia dos demais trabalhos de investigação de *lobbying*, pois se situa em um país não falante da língua inglesa, além de se tratar de um ambiente institucionalmente diferente procurando inclusive obter evidências do efeito da forma organizacional da regulação no processo de *lobbying*. O regulador não é do setor privado e sim o Estado, o que faz com que o estudo seja importante para compreender regimes alternativos. No sistema alemão é a legislatura que assume primeiramente a responsabilidade pelo desenvolvimento da regulação de relatórios financeiros, e as normas contábeis são rascunhadas por advogados e administradores no Ministério da Justiça e Finanças (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

A implantação da Quarta Diretiva foi um marco na regulação contábil alemã, pois codificou aspectos já aceitos em outros países e também contemplou aspectos da lei alemã que foram implantados em outros locais da Europa. Usando comentários publicados por

organizações representativas durante o processo de mudança, os autores puderam identificar as preferências dos representantes da Indústria, dos Auditores e dos Especialistas da Academia em relação a 169 procedimentos contábeis emitidos. A influência relativa de cada grupo de *lobby* pôde ser acessada através do exame da extensão em que elas foram refletidas na lei (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

A abordagem usada para identificar as preferências foi similar a empregadas em outras pesquisas dessa natureza em que as mesmas são classificadas em ‘a favor’ e ‘contra’ a partir da minuta da futura norma e comparadas com o resultado final apresentado na norma já publicada. Um modelo log linear foi usado para avaliar a incorporação das preferências na regulamentação promulgada. A influência de cada grupo foi analisada isoladamente e em interação com as outras partes. Observou-se que mais do que a dominação de um único grupo, foi a concordância entre grupos que definitivamente determinou a razão de sucessos. Com uma amostra tão extensa os autores acreditam que o modelo desenvolvido é mais compreensível do que os de outros estudos (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

Cada grupo de *lobby*, Indústria, Auditores e Especialistas da Academia, tiveram seu posicionamento identificado para cada uma das 169 propostas formais que cobriam aspectos da contabilidade como avaliação, reconhecimento e divulgação. Assim como muitas outras pesquisas, eles utilizaram um modelo pluralista para operacionalizar o conceito de poder político, pelo qual, o poder é entendido a partir da distinção entre os lobistas cujas propostas foram aceitas, daqueles cujas propostas foram rejeitadas (CARMO; RIBEIRO, 2015). Uma limitação da amostra ocorreu quando duas ou mais partes apresentaram resposta similar, nesse caso, o modelo não é capaz de distinguir entre os casos que surgiram de uma aliança explícita e os que apresentam uma posição independentemente determinada (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

As propostas foram alocadas em uma tabela com a distribuição da frequência multinomial de ocorrência. Um modelo estatístico para estimar a probabilidade foi escrito sob um modelo log linear. Nesse esquema a contagem de uma célula pode ser expressa em função dos principais efeitos e as interações associadas. O Grupo da Indústria foi o grupo que teve a mais alta taxa de submissão. Os que tiveram menos envolvimento foram os auditores. Os acadêmicos participaram em grande número, o que difere do encontrado em outras pesquisas. O resultado, desses dois últimos grupos, é diferente do encontrado em outras pesquisas nesse mesmo tipo de regime (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

A explicação, para o resultado diferente dos auditores segundo os autores, reside no fato de que a maior preocupação desse grupo está na aplicação, e não no desenvolvimento de

normas. E o alto nível de participação dos acadêmicos se deve ao fato de eles estarem envolvidos em jurisprudências e interpretações da lei quando existem dúvidas. A razão de sucesso é significativamente maior do que 1 (um) para a Indústria e menor do que 1(um) para os Acadêmicos, o que reflete o sucesso da indústria em 63% de suas proposições contra o sucesso dos acadêmicos de 38% (MC LEAY; ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

Quando analisada a interação entre grupos, observaram que quando dois deles tinham a mesma posição a razão de sucesso subia para 2:1, o que significa que a legislatura alemã reage positivamente em função de um consenso. A influência da Indústria apesar de grande se mostrou dependente do suporte de pelo menos um dos grupos remanescentes. O grupo dos Auditores, com frequência, adotou o mesmo posicionamento de outro grupo. Os grupos da Indústria e da Academia constantemente apresentavam posições conflituosas (MC LEAY, ORDEIHELDE; YOUNG, 2004).

O Artigo escrito por Giner e Arce (2012) sob o título *Lobbying on Accounting Standards: Evidence from IFRS 2 on Share-Based Payments*, (**Lobbying nas Normas Contábeis: Evidencia da IFRS 2 sobre Pagamento Baseado em Ações**), é mais um amplo estudo da prática de *lobbying*, mas diferente do estudo anterior, no ambiente da convergência internacional.

O desenvolvimento e adoção de uma norma é resultado de uma complexa interação entre várias partes e o devido processo permite que o ‘lobista’ participe de um modo formal. As partes despenderão recursos consideráveis para influenciar o estabelecimento das normas. O artigo em questão se direciona na investigação de *lobbying* para com o IASB, à resposta do IASB à pressão do lobista, e à distribuição do poder entre os grupos. Procurou examinar o devido processo anterior à publicação da IFRS 2 e acessar a influência dos grupos de interesse (GINER; ARCE, 2012).

A normatização do Pagamento Baseado em Ações gerou um debate sem precedentes nos Estados Unidos entre as décadas de 80 e 90, e o FASB manteve ao final a política de não reconhecimento da despesa, o que implicou em uma sobreavaliação dos ganhos das firmas. Em 2001, o IASB incluiu o projeto em sua agenda e 3 anos depois aprovou a IFRS 2, forçando o reconhecimento da despesa. Esse estudo combinou duas perspectivas, diferente dos demais na área, examinando tanto as motivações e características dos grupos que participaram e o conteúdo de suas submissões, quanto as relações de poder dentro do processo através das respostas do IASB às sugestões (GINER; ARCE, 2012).

O suporte para a investigação foram as 539 cartas comentários recebidas durante o processo. Uma limitação ao seu uso é de que são interpretadas como votos e fálham em

desconsiderar os argumentos, conluio nas respostas ou mudanças de preferências. A divisão dos grupos seguiu a realizada pelo IASB em: reguladores, profissionais, usuários, preparadores, consultores e acadêmicos. Três aspectos foram examinados: reconhecimento, critério de avaliação e data de referência. E ainda, a identificação do argumento utilizado para persuadir entre conceitual e econômico (GINER; ARCE, 2012).

A pesquisa se baseou em uma abordagem econômica e na noção de escolha pública em particular com o modo de escolha racional desenvolvido por Sutton (1984) combinada com a Teoria Institucional. Ao participar o praticante de *lobbying* decide se age ou não, quando age e o que usa como argumento. Para analisar a influência do lobista foi usado um quadro pluralista de acordo com o qual grupos cujas propostas são aceitas são considerados mais poderosos do que aqueles que são rejeitados (GINER; ARCE, 2012).

Algumas perguntas foram elaboradas para nortear a pesquisa. Q1) O *lobbying* na IFRS 2 foi igualmente distribuído entre as partes interessadas e os períodos de comentários? Q2) Os grupos de interesse demonstram diferentes níveis de força em seus comentários? Q3) Os grupos usaram diferentes argumentos nas cartas para apoiar suas opiniões? Q4) As decisões do IASB foram influenciadas por um dos grupos ou algum dos argumentos mais do que pelos outros? (GINER; ARCE, 2012).

Como método as cartas foram classificadas quanto ao tipo de respondente e o período da resposta e comparadas pelo teste X^2 . A posição de cada respondente foi classificada em: concorda, discorda e não opinou. Usando novamente o teste X^2 o argumento foi analisado considerando entre conceitual, consequência econômica, ambos ou nenhum. A força das respostas foram medidas pelo número de páginas e palavras de cada carta e o teste de Kruskal-Wallis foi usado para determinar se os tamanhos médios das cartas diferiam entre os grupos, e o teste Mann-Whitney U para parear as diferenças entre os grupos (GINER; ARCE, 2012).

Para determinar a influência da carta com a decisão subsequente do IASB, cada carta relacionada à Minuta de Discussão e ao Rascunho de Exposição 2 foi codificada baseada em sua concordância com o resultado do documento subsequente. Eles usaram o teste binomial para determinar se a posição da IASB estava alinhada com as cartas e o teste X^2 para determinar a associação entre a variável e a influência (GINER; ARCE, 2012).

Dois terços das cartas foram enviados pelos preparadores. A minuta de discussão obteve mais participação do que o Rascunho de exposição, com exceção dos preparadores americanos. Ouve conluio dos preparadores dos Estados Unidos que enviaram 116 cartas idênticas. Os profissionais e acadêmicos enviaram as maiores cartas. As menores cartas foram

enviadas pelos preparadores (GINER; ARCE, 2012).

O total de 80% dos profissionais, reguladores e usuários usou a mesma estratégia, e comentaram as três questões, enquanto os preparadores, na sua maioria, só responderam a questão sobre reconhecimento. Os respondentes em geral usam o argumento conceitual para apoiarem suas posições sugerindo que eles consideram esse mais efetivo para influenciar o normatizador. Os preparadores usaram argumentos com mais frequência que os demais grupos. No início usaram mais o argumento de consequência econômica, mas no decurso do devido processo, modificaram para argumento conceitual (GINER; ARCE, 2012).

Os preparadores foram os que se posicionaram mais contrários à norma. Os reguladores, profissionais e usuários tiveram opiniões similares. Com relação à influência, o IASB se alinhou a preferência da maioria das cartas e nenhum grupo teve um efeito dominante (GINER; ARCE, 2012).

Outro trabalho sobre a investigação de *lobbying* no processo de elaboração de uma norma contábil, é o de Carmo (2014). Se trata de uma tese de doutorado sob o título ***Lobbying na regulação contábil internacional: uma análise do processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receita***. Trabalho escrito em português e atual.

Da mesma forma que o estudo apresentado anteriormente esse também se situa na investigação no ambiente do IASB, mas já depois de consolidada a convergência. O trabalho teve como objetivo analisar a associação das características dos participantes do devido processo e sua influência, através da investigação entre o alinhamento das decisões do órgão e as opiniões dos participantes. A norma objeto do trabalho foi a IFRS 15 que trata do reconhecimento de receita. Foram analisadas 1.177 cartas relativas ao Documento de Discussão e ao Rascunho de Exposição da Norma (CARMO, 2014).

Consistentemente com outros estudos também se adotou uma abordagem pluralística, na qual aqueles que tiveram maior aceitação de suas propostas foram considerados como tendo maior influência política, poder sobre o normatizador. Após uma ampla apresentação de uma plataforma teórica, o autor utilizou de argumentos teóricos para desenvolver uma série de quatro premissas. Para cada premissa foram desenvolvidas hipóteses para serem testadas através dos dados coletados para tentar explicar o *lobbying* no processo de regulação contábil através de um modelo teórico (CARMO, 2014).

As premissas e as hipóteses foram apresentadas como se segue: Premissa 1) **O sucesso do lobista está associado ao tipo de stakeholder que ele representa**. A partir dela surgiram duas hipóteses. H1 a) As cartas enviadas pelos reguladores tem mais chance de estarem associadas às decisões do IASB e H1 b) As cartas enviadas pelas empresas tem maior chance

de serem aceitas do que as demais. Premissa 2) **A cumplicidade ideológica entre lobista e regulador constitui elemento de influência no processo.** E suas duas hipóteses, H2 a) Comentários de reguladores anglo-americanos tem maior chance de aceitação do que de outros países. H2 b) Cartas enviadas por grandes firmas de auditoria tem mais chance de ter seu comentário associado às decisões do IASB (CARMO, 2014).

Em seguida, foi apresentada, a premissa 3) **O potencial efeito da regulação sobre os procedimentos contábeis do preparador aumenta a chance do comentário influenciar o board.** E suas hipóteses H3 a) Empresas estadunidenses tem maior chance de que seus comentários estejam associados as decisões do *board*. H3 b) Cartas enviadas pelas 500 maiores empresas do mundo tem maior associação com as decisões do *board*. Já a Premissa 4) **O sucesso do lobbying está associado com o impacto do lobista na viabilidade financeira e operacional do IASB.** Apresentou três hipóteses H4 a) A presença de membros da mesma nacionalidade do lobista aumenta as chances de seus comentários serem aceitos. H4 b) A presença do lobista no conselho consultivo aumenta a chance de seus comentários estarem associados à decisão do *board*. e H4 c) Quanto maior a contribuição financeira maior será a associação de seu comentário com as decisões do *board* (CARMO, 2014).

O processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receita se iniciou em 2008, os documentos que fizeram parte da análise foram, o Documento de Discussão e a primeira minuta de exposição da norma. 1.200 cartas foram recebidas. As cartas dos preparadores da indústria de seguros foram excluídas, pois o IASB retirou esse grupo do escopo da mesma. Três questões de cada documento foram confrontadas com as abordagens adotadas pelo IASB no documento subsequente. As questões foram escolhidas por um critério de ser consideradas estruturais e serem objetos de mudança na posição defendida pelo *Board* (CARMO, 2014).

O método de classificação das respostas foi o mesmo utilizado pelos outros autores. A categorização dos respondentes seguiu a própria classificação feita pelo IASB, assim como Giner e Arce (2012), no entanto algumas subdivisões foram feitas para responder as hipóteses do modelo desenvolvido. Os preparadores foram divididos em empresas estadunidenses e as 500 maiores empresas segundo a revista *Fortune* em 2011. Os profissionais receberam a subdivisão dos auditores. Os reguladores foram segregados entre os anglo-americanos e os demais. No grupo dos usuários foram acoplados o grupo dos investidores e dos acadêmicos. Além disso, foram identificados os países de origem de cada um dos membros participantes da votação do documento. Os financiadores do órgão também foram classificados de acordo com o relatório anual de atividades do ano da etapa da norma (CARMO, 2014).

Para analisar os dados, os respondentes foram classificados de maneira dicotômica, dispondo-os em tabelas de contingências. Em seguida, o teste Qui-quadrado de independência de Pearson (X^2) foi utilizado para avaliar a possível associação entre o resultado do processo e a categoria básica em que os lobistas foram classificados. Mas devido as suas limitações, já que um mesmo respondente foi classificado em mais de uma categoria, o restante da análise teve que ser realizado pelo método de regressão logística (CARMO, 2014).

Os resultados demonstraram o IASB atendeu as preferências da maioria dos participantes. Ainda assim, algumas características desses grupos se revelaram mais associadas às decisões. A premissa de que o tipo de *stakeholder* que o respondente representa está associado ao sucesso do lobista se mostrou adequada. Os preparadores tiveram seus comentários mais aceitos, que é ainda 60% maior quando eram americanos (CARMO, 2014).

Outra premissa adequada foi a da cumplicidade ideológica, já que as firmas de auditoria apresentaram até 5 vezes mais chance de terem seus comentários aceitos do que outros participantes. Os reguladores não foram apontados como influenciadores do órgão. A interferência do respondente na viabilidade financeira do órgão só foi observada em uma das amostras (CARMO, 2014).

3. METODOLOGIA

3.1 PLANO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

O devido processo de elaboração de uma norma é realizado em etapas. Os usuários da informação são convidados a participar em momentos específicos, opinando sobre os quesitos apresentados pelo normatizador, por meio de uma carta comentário. Ao se posicionar, o emitente tenta influenciar o órgão normatizador, através de *lobbying*.

Durante todo o processo de elaboração da IFRS 15, norma esta que trata do reconhecimento da receita, foram recebidas mais de 1.500 cartas, que estão disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico do FASB. As 359 cartas coletadas para análise nesta pesquisa foram apresentadas em resposta aos questionamentos propostos na segunda minuta de exposição da norma (*Exposure Draft ED/2011/6*), e foram confrontadas com o que foi contemplado no documento final publicado. A IFRS 15 serviu como instrumento pelo qual se

investigou o *lobbying*.

Na minuta, o órgão tratou de seis questões. As respostas coletadas foram as da questão dois por se tratar de uma proposta que gerou polêmica entre os respondentes, já que ela sugeria uma alteração da prática comum historicamente aceita e modificaria a demonstração do resultado. A escolha é viável já que ela apresenta um padrão dicotômico, ou seja, o respondente teve que assumir uma posição favorável à proposta do IASB, para o qual foi atribuído o valor 0, ou uma posição contrária à mesma, para o qual foi atribuído o valor 1, e esse padrão é necessário para que se faça a análise dos dados pelo método de regressão logística.

Essa questão propunha uma mudança na Demonstração do Resultado do Exercício, a informação sobre perda com devedores duvidosos seria apresentada abaixo da linha da receita, e não como parte das despesas. Houve um intenso debate nas cartas com argumentos relativos a essa proposta, já que ela iria inapropriadamente implicar que a receita da entidade devesse ser divulgada líquida de perdas e que o total das perdas tivesse relação com o período corrente. Além disso, por se tratar de uma modificação de demonstração muitos respondentes, se mostraram receosos quanto à proposta que segundo os mesmos impactaria na norma que trata da estrutura conceitual, e que a IFRS 15 não seria local conveniente para tal e abriria um precedente. Segue a proposta.

“Os parágrafos 68 e 69 estabelecem que, uma entidade aplicará a IFRS 9, (ou IAS 39, se a entidade ainda não adotou a IFRS 9), ou ainda o Tópico ASC 310 para contabilizar a quantia que a entidade avalia como incobrável por conta do risco de crédito do cliente. As quantias correspondentes aos valores incobráveis contabilizados na demonstração de lucros e perdas deveriam ser apresentadas como uma linha separada adjacente a linha da receita. Você concorda com essas propostas? Se não, qual alternativa você recomenda para contabilizar o efeito do risco de crédito do cliente e porquê?”. (FUNDAÇÃO IFRS, 2011).¹

Na norma final essa proposta foi eliminada, o que indica que os grupos que se posicionaram contrários à proposição foram eficazes no seu *lobbying* já que fizeram o *board* retroceder ao seu posicionamento. Lobistas que tem suas propostas aceitas são considerados mais poderosos do que aqueles que têm as propostas rejeitadas. (GINER E ARCE, 2012).

Para analisar os dados foi utilizado parte do modelo desenvolvido por Carmo, 2014. O

¹ Question 2: Paragraphs 68 and 69 state that an entity would apply IFRS 9 (or IAS 39, if the entity has not yet adopted IFRS 9) or ASC Topic 310 to account for amounts of promised consideration that the entity assesses to be uncollectible because of a customer's credit risk. The corresponding amounts in profit or loss would be presented as a separate line item adjacent to the revenue line item. Do you agree with those proposals? If not, what alternative do you recommend to account for the effects of a customer's credit risk and why? (FUNDAÇÃO IFRS, 2011).

método escolhido foi o de regressão logística, pelo qual é possível descrever o comportamento de uma variável dependente dicotômica em relação às variáveis independentes sejam elas métricas ou não. Através desse método afere-se a probabilidade de ocorrência de um evento e a identificação de características dos elementos de cada grupo da variável categórica (FAVERO *et al*, 2009).

O modelo é apresentado pela seguinte fórmula que determina o cálculo da probabilidade:

$$P(Y = 1|X) = \frac{1}{1 + e^{-\left(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n\right)}}$$

Após o cálculo da probabilidade encontra-se a chance de ocorrência do evento de interesse através da fórmula abaixo:

$$Chance = \frac{P}{1-P}$$

E assim, pode-se obter a Razão de Chances, pela qual se encontra a proporção oriunda da mudança na chance de o evento ocorrer, quando se altera uma unidade na variável previsor. Verifica a chance de o evento acontecer quando a variável tem determinada característica, em relação à chance dele acontecer quando não se tem a característica testada.

$$Razão\ de\ Chances = \frac{\text{Chance após a mudança de uma unidade no previsor}}{\text{Chance original}}$$

Para analisar os dados foi utilizado o seguinte modelo, com o auxílio do software STATA®.

$$P(\text{posição}, 1) = \frac{1}{1 + e^{-\left(\beta_0 + \beta_1 Audit + \beta_2 Finan + \beta_3 Prepa + \beta_4 PrepUSA + \beta_5 Profis + \beta_6 Regul + \beta_7 Usua + \varepsilon\right)}}$$

Para investigar o processo de *lobbying* na segunda minuta da norma de reconhecimento de receitas foram utilizadas as seguintes premissas e hipóteses, baseadas no estudo de Carmo (2014):

A primeira premissa formulada é que **o tipo de stakeholder que o participante representa está associado ao seu sucesso como lobista**. Procurou-se verificar se as cartas comentários enviadas por reguladores teriam mais chance de serem aceitas do que de outros grupos (Hipótese 1). Como o IASB não pode obrigar os países a adotarem suas normas, que precisam do endosso de alguma instância governamental para isso, o apoio dos reguladores nacionais é imprescindível para garantir a aceitação e o cumprimento das normas. Tanto o é que o órgão criou grupos consultivos específicos constituídos de membros do grupo dos reguladores para ouvir essa categoria. Observa-se assim, que esse grupo é muito importante para existência do *board* e se esperou que eles tivessem mais chance de terem seus comentários aceitos (CARMO, 2014).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, procurou-se investigar se as cartas enviadas por empresas em geral teriam maior chance de serem aceitas pelo IASB do que as dos demais grupos (Hipótese 2). A entidade é a parte mais afetada pela emissão de qualquer norma, elas que efetivamente arcam com os custos de implantação de sistemas que respondam a determinação das normas. E sendo assim, eles que enfrentarão as maiores consequências econômicas, e por isso, esse é grupo que tem sido relatado em pesquisas anteriores, apresentadas no referencial, como os maiores participantes. Considerando a sua habilidade técnica e a motivação econômica, esperou-se que eles tivessem mais chance de terem seus comentários aceitos do que outros grupos. (CARMO, 2014).

Partindo para a segunda premissa de que a **cumplicidade ideológica entre lobista e normatizador constitua influência no devido processo**, procurou-se investigar se as cartas enviadas pelas firmas internacionais de auditoria estavam mais associadas às decisões do IASB (Hipótese 3). As pessoas envolvidas na elaboração das normas são profissionais especialistas que muitas vezes trabalharam anteriormente em alguma firma de auditoria e após o seu mandato no *board*, vão voltar para o mercado, e possivelmente trabalhar novamente em alguma firma de auditoria. Além disso, esse é um grupo que investe no órgão, financiando o mesmo. A cumplicidade ideológica subjacente a essas relações sugerem que esse grupo teria mais influência no órgão do que os demais (CARMO, 2014).

A terceira premissa do modelo se refere ao **potencial efeito da regulação sobre o preparador como aumento da chance de sua influência nas decisões do IASB**. E assim, procurou-se investigar se as empresas estadunidenses teriam mais chance de seus comentários serem aceitos do que outros (Hipótese 4). As empresas, como já mencionado, são a parte mais afetada no processo, considerando o memorando de entendimento entre o FASB e o IASB e que as empresas americanas terão mais de 140 diferentes procedimentos modificados pela

norma, espera-se que o órgão ciente do potencial efeito da norma sobre esse grupo, tivesse suas decisões mais associadas às preferências deles (CARMO, 2014).

A quarta premissa verifica se **o sucesso do lobbying está associado com o impacto do participante na viabilidade financeira e operacional do IASB**. Por conta disso, procurou-se investigar se os financiadores do órgão, segundo dados encontrados no relatório anual da Fundação IFRS de 2012, tinham seus comentários mais associados com as decisões do órgão do que dos outros (Hipótese 5). Considerando que o IASB é uma entidade privada sem fins lucrativos, e de que o mesmo depende de financiamento para continuar sua atividade, os financiadores são responsáveis por assegurar o funcionamento do órgão, e por isso esperou-se que esse grupo tivesse mais chance de terem seus comentários aceitos. Vale ressaltar que todos os grupos podem ter membros que financiam (CARMO, 2014).

As variáveis da pesquisa são apresentadas abaixo.

Quadro 01 Variáveis de Pesquisa

Variável	Descrição Resumida
<i>Posição</i>	Variável dicotômica. Representa a posição tomada pelo respondente quanto a questão 2 da segunda minuta de exposição da norma. A variável assume o valor 1 quando o respondente se opõe à proposta do IASB e 0 caso o respondente concorde com a proposta. A ausência de resposta configura como célula vazia para fins de análise.
β_1 <i>Audit</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de interesse ao qual ele pertence. β_1 <i>Audit</i> compõe o grupo de respondente que pertence a firmas de auditoria. Assume o valor 0 caso não pertença ao grupo e o valor 1 caso corresponda à descrição.
β_2 <i>Finan</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de financiadores do IASB segundo consta no Relatório Anual divulgado pela Fundação IFRS referente ao ano de 2012. período este, do recebimento de cartas comentários em relação a segunda minuta de exposição da norma, etapa pesquisada.
β_3 <i>Prepa</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de preparadores. Empresas que preparam relatórios financeiros e por consequência usam as normas que foram elaboradas pelo IASB.
β_4 <i>PrepUSA</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de preparadores que tem empresa com sede nos Estados Unidos. E que por conta da elaboração da IFRS 15 em conjunto com o FASB terão que aplicar a norma também.
β_5 <i>Profis</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de profissionais da área contábil. Nesse grupo se encontram tanto os profissionais liberais quanto as empresas prestadoras de serviços contábeis.
β_6 <i>Regul</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de reguladores. São entidades governamentais que regulam a aplicação das normas nos seus países.
B_7 <i>Usua</i>	Variável dicotômica. Representa a classificação do respondente quanto ao grupo de usuários da informação contábil produzida pelos preparadores. Nesse grupo se encontram os investidores, analistas financeiros e acadêmicos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

O Segundo *Exposure Draft* mobilizou menos respondentes do que o primeiro. 359 cartas foram recebidas contra as 974 recebidas anteriormente. Essa etapa já tem muito dos aspectos das normas consolidados e é aberta para que se possam solucionar questões pontuais, essa é uma provável justificativa para essa queda.

Quanto à origem das cartas, os respondentes que mais participaram foram os dos Estados Unidos, representando sozinhos 44% (159) do total de cartas, por conta disso, o continente americano foi o que teve maior representatividade com um total de 50%. Seguido pela Europa que participou com 90 cartas, ou seja, 25% do total, tendo em seu grupo o Reino Unido como o mais representativo com 37 cartas. A Ásia e a Oceania participaram com 54 cartas, 15% do total. A África participou com 2% das cartas.

As organizações internacionais, como a FEI (*Financial Executives International*), PCFRC (*Private Company Financial Reporting Committee*), o Banco Mundial, dentre outras associações internacionais de determinados grupos, participaram com 7% das cartas. Outras cinco cartas (1%) não puderam ser identificadas quanto à origem, pois o remetente em geral é um usuário com nome comum e sem identificação de localidade. Abaixo apresentamos a Tabela 1 relacionando os países das cartas e o seu percentual.

Tabela 1 - Localização Geográfica dos Respondentes

África	América	Ásia e Oceania		Europa	
Africa do Sul (3) Quênia (1) Ruanda (1) Zâmbia (1)	Argentina (1) Brasil (5) Canadá (14) Estados Unidos (159) México (1)	Austrália (8) China (7) Coreia do Sul (3) Emirados Árabes (1) Índia (3) Indonésia (1) Israel (1) Japão (15)	Malásia (2) Nova Zelândia (2) Paquistão (1) Singapura (8) Tailândia (1) Taiwan (1)	Alemanha (12) Áustria (1) Bélgica (2) Bulgária (1) Dinamarca (1) Espanha (4) França (8) Holanda (2)	Irlanda (3) Itália (1) Noruega (1) Polônia (1) Suécia (6) Suíça (8) Reino Unido (37) Rússia (2)
Total 6 Percentual 2%					
Internacional					
Total 24 Percentual 7%					
Não Identificável					

Total 5 Percentual 1%			
Total Percentual	180 50%	54 15%	90 25%

Fonte: Dados da Pesquisa

A participação dos Estados Unidos também caiu nessa etapa em relação à anterior. Naquela, esse único país participou com 70% do total de cartas, o que se justificou pelo alto impacto da norma nesse país. E em função de uma ação coordenada do grupo de construção, que para pressionar o IASB, enviou cartas idênticas em que estes demonstravam o seu desconforto com relação à aplicação da norma sobre reconhecimento de receita (CARMO, 2014). Nessa etapa a participação dos respondentes dos Estados Unidos caiu para 44% do total. O que se deve ao fato dos *stakeholders* vinculados à construção não terem realizados esse tipo de ação coordenada nessa etapa do processo.

A participação brasileira também aumentou nessa etapa do processo. Além do CPC e da ABRASCA, três *stakeholders* do grupo dos preparadores participaram. Esse é um fato positivo, já que o Brasil aplica as IFRS não só para as Demonstrações Consolidadas como também para as Demonstrações Individuais inclusive das empresas de capital fechado. O que faz com que alterações da norma de receita exerçam impacto tributário e nos pagamentos de dividendos. Esse é um indicador sutil de que a cultura de *free rider* esteja sendo colocada de lado e que os preparadores brasileiros comecem a valorizar a importância de sua participação na elaboração da norma. O conceito de *free rider* introduzido por Lindhal (1987) diz respeito ao pensamento de alguns de que por acreditar ser representados por outros participantes do processo, optam por não participar, ou seja, eles preferem 'pegar carona' no posicionamento dos outros.

Outra barreira à participação não só brasileira, mas de outros países, é a língua. Os países que tem o inglês como língua oficial representaram 67% das cartas enviadas. E os países em que essa língua não é o oficial representam 25% do total das cartas. Mas dentro dessa análise observamos que há países em que o inglês mesmo não sendo uma língua oficial, tem a maioria dos cidadãos com esse domínio linguístico como o Japão. O caráter econômico é ainda muito mais marcante do que esse, posto que os países em desenvolvimento participam menos do que os desenvolvidos.

Com relação à categoria básica dos respondentes (Tabela 2), os preparadores que representam o grupo das empresas que elaboram as demonstrações contábeis foi o maior, contando com 187 cartas recebidas, um total de 52%. Os profissionais contábeis representam o segundo maior grupo com uma participação de 20%, dentre esses profissionais se

encontram os conselhos regionais de contabilidade, associações de profissionais, bem como profissionais liberais, firmas de prestação de serviço contábil e ainda as firmas de auditoria.

No grupo dos usuários se encontram os investidores, as empresas de investimento, bancos de investimento, e as associações de investimentos e os acadêmicos, grupo de discentes ou docentes vinculados a instituições de ensino superior que também participaram do processo, esse grupo representa 18% do total de respondentes. Por fim os reguladores nacionais representam 10% das cartas. Representados por organismos nacionais governamentais que de alguma forma fazem parte do processo de regulamentação das normas contábeis em seus países.

Tabela 2 - Categoria que os Respondentes Pertencem

CATEGORIAS BÁSICA DOS RESPONDENTES				
Preparadores	Profissionais Contábeis	Reguladores Nacionais	Usuários	Total
187	72	37	63	359
52%	20%	10%	18%	100%

Fonte: Dados sistematizados a partir da coleta de dados

O grupo dos preparadores é o que mais participou, provavelmente devido ao impacto que as alterações da norma terão sobre as demonstrações das empresas. O que se observa também é que as empresas frequentemente se associam para exercer mais influência sobre o órgão. Das 187 cartas recebidas desse grupo, 53 são de associações ou grupo de empresas, ou seja, um total de 28%. Muitas das vezes as empresas enviam cartas individuais e também em grupos.

Em geral as empresas se mostram muito preocupadas com os custos de se implantar a nova norma. Algumas como a IBM fizeram inclusive a estimativa dos custos de se aplicar as sugestões presentes na IFRS 15.

(...) we continue to be quite concerned about the costs of implementing certain provisions of the proposed new standard, (...) we strongly encourage the Boards to revisit the cost/benefit equation of these provisions(..) The company has undertaken a preliminary estimate of the costs to apply this standard and currently projects a total cost of approximately \$35-40 million. We understand that incremental costs to adopt a new accounting standard are inevitable. However, we believe these costs can be mitigated (...) if the Boards accept the company's recommendations on time value (\$13-15 million), capitalization of costs to obtain a contract (\$7-8million) and transition and disclosure (\$15-17 million). (carta comentário nº 26) ²

² (...) Nós continuamos um tanto preocupados com os custos da implantação de certas provisões do novo padrão proposto. (...) nós encorajamos o IASB a revisar a equação do custo/benefício dessas provisões (...) A companhia tem realizado estimativas preliminares dos custos de aplicar a norma e atualmente projeta um custo total de aproximadamente \$ 35-40 milhões. Nós compreendemos que custos incrementais na adoção de novos padrões contábeis são inevitáveis. No entanto, nós acreditamos que esses custos podem ser mitigados (...) se o IASB aceitar as recomendações da companhia sobre valor do tempo (\$ 13 – 15 milhões), capitalização de custos

Outro setor que se mobilizou bastante no processo foi o de telecomunicações, individualmente e por meio de associações, várias empresas enviaram suas cartas. Uma das cartas que foi enviada por esse grupo, teve como remetente 13 empresas globais operadoras de telecomunicações, dentre elas o grupo Vodafone, a France Telecom, a Deutsche Telekom, a Telefónica, etc. que se mostram bastante preocupadas com a implantação prática da proposta e com os custos como se observa abaixo.

‘We have highlighted the negative impacts that would be suffered by the telecommunications industry IF the proposed new revenue accounting standard is adopted without revision, including why: - despite any theoretical merit of the proposed methodology, we believe the resulting accounting Will be seriously detrimental to the usefulness o four accounts; - there are serious practical difficulties with implementation; and – adoption is likely to be very costly for us. (carta comentário nº 332)³

4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA

A primeira análise foi a do alinhamento entre respondente e aceitação da opinião emitida na carta comentário. Das 359 cartas recebidas, 139 delas não emitiam nenhum tipo de comentário sobre a questão analisada. Muitos respondentes optaram por responder apenas aquelas questões referentes às propostas que mais impactarão os seus negócios em particular. Por mais que a questão analisada remetesse a uma modificação de uma demonstração, o fato de muitas empresas terem um baixo índice de incobráveis fez com que elas não vissem essa proposta como um resultado ruim para os seus negócios. Outros respondentes nem respondem pergunta alguma, preferindo expor as razões para discordar da norma como um todo, ou questionando parágrafos em particular. Há ainda os que comentam, mas não se posicionam.

Tabela 3 – Alinhamento entre categoria de respondente e aceitação de comentário

Comentários	Categoria de Respondente	Total
-------------	--------------------------	-------

para obter um contrato (\$7-8 milhões) e transição e divulgação (\$15-17 milhões).

³ Nós temos sinalizado os impactos negativos que serão sofridos pela indústria de telecomunicações SE o novo padrão contábil sobre receita for adotado sem revisão, incluindo por que: - apesar de qualquer mérito teórico da metodologia proposta, nós acreditamos que a contabilização resultante SERÁ seriamente prejudicial para a utilidade de nossas contas; - existem sérias dificuldades práticas com a implantação; e – a adoção será provavelmente muito dispendiosa para nós.

	Preparadores	Profissionais Contábeis	Reguladores Nacionais	Usuários	
Não Aceito	24	35	8	13	80
percentual	24%	57%	24%	48%	36%
Aceito	74	27	25	14	140
percentual	76%	43%	76%	52%	64%
Total que Comentou	98	62	33	27	220
percentual	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados sistematizados a partir da coleta de dados

A Tabela 3 apresenta a correlação entre a aceitação ou refutação do comentário presente nas cartas com a categoria de respondente. Só foram consideradas as cartas que apresentaram comentário sobre a questão. Observa-se que aqueles que concordaram com a proposta apresentada na questão 02 da segunda minuta de exposição da norma tiveram seus comentários não aceitos, já que essa proposta foi retirada da norma final. Já aqueles que discordaram da proposta do IASB, tiveram seus comentários aceitos, pois o órgão retrocedeu no seu posicionamento.

Quando considerado o total, constatamos que a maioria dos respondentes, 64%, teve seu comentário aceito. No entanto, quando analisamos as categorias em separado, observamos que os preparadores e os reguladores foram os que mais se posicionaram contra a proposta, e portanto tiveram o seu comentário aceito, com mais de 70 % dos respondentes se posicionando desta forma. Já os profissionais contábeis tiveram os seus comentários não aceitos, pois a maioria, 57%, apoiou a proposta. E entre os usuários não houve uma divisão notória entre a aceitação ou não do comentário. Esses dados são indícios de que há grupos que exercem mais influência sobre o IASB do que outros.

Muitos dos profissionais, principalmente os liberais e firmas de consultoria e assessoria contábil, se posicionam de acordo com o interesse dos preparadores, já que muitos deles elaboram os relatórios financeiros desse grupo, no entanto, nesse grupo também se encontram os conselhos de classe, observa-se no comentário da maioria deles uma alta concordância com as proposições. Como a participação dos CPA's foi notória, acredita-se que ela influenciou no resultado desse grupo.

Com o objetivo de verificar as práticas de *lobbying* exercidas pelos participantes do processo normativo, foi utilizada a regressão logística como técnica para estabelecer relações entre as cartas dos respondentes e o posicionamento final do IASB. Além disso, investigar se a categoria a qual o respondente se enquadra pode ou não ter maior influência sobre o órgão

do que outras e o quanto de influência ela pode ter.

Uma das premissas para utilização do método de regressão logística é a ausência de multicolinearidade (FAVERO *et al*, 2009) para fazer esse diagnóstico utiliza-se o *Variance Inflation Factor* ou Fator de Inflação da Variância, teste VIF. Para verificar se o a regressão logística seria aplicável ao estudo em questão, realizou-se esse teste utilizando o software STATA®. Abaixo são apresentados os resultados desse teste para cada variável categórica do estudo. Verifica-se que os valores encontrados foram todos abaixo de 3,0, o que refuta a possibilidade de problemas de multicolinearidade, que é verificado quando o resultado do teste apresenta um valor superior ou igual a cinco.

Tabela 4 – Fator de Inflação da Variância (VIF) encontrado em cada variável

Variável	VIF
Prepar	2,76
Prof	2,46
Regul	1,92
Audit	1,30
Financiador	1,24
Preua	1,19

Fonte: Dados de saída do STATA®

Em seguida na Tabela 5, foram utilizados dois métodos estimação do modelo de regressão logística. 1) O método *enter* que é uma entrada forçada com o modelo completo e 2) o método *stepwise*, que como o próprio nome sugere, se trata de uma entrada passo a passo. No primeiro método os dados de todas as variáveis são forçados ao mesmo tempo. Já o método *stepwise* pelo sistema *backward* faz uma análise mais sutil com o intuito de estabelecer a importância de cada variável, partindo do modelo completo e excluindo cada variável não significativa por vez, até que estejam presentes apenas aquelas que forem significativas dentro do parâmetro de significância definido pelo usuário. O percentual de significância escolhido foi de 5%.

Tabela 5 – Modelo de Regressão Logística Aplicado

$$P(\text{coment}, 1) = \frac{1}{1 + e^{-\left(\beta_0 + \beta_1 \text{Prepa} + \beta_2 \text{Profis} + \beta_3 \text{Regul} + \beta_4 \text{Audit} + \beta_5 \text{Finan} + \beta_6 \text{Usua} + \beta_7 \text{PrepUSA} + \varepsilon\right)}}$$

Variáveis	Amostra da Questão 02 do 2º Exposure Draft (220 observações)				
	Modelo Enter		Modelo Stepwise (p=0,10)		
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Razão de Chances
Prepa	1,30	0,007	1,28	0,000	3,61
Profis	-0.31	0,499	-	-	-
Regul	1.13	0,047	1,30	0,005	3,66

Audit	-0.14	0,885	-	-	-
Finan	-0.40	0,436	-	-	-
Usua	0,00	0,000	-	-	-
PrepUSA	-0.80	0,117	-	-	-
constante	0,10	0,789	-0,16	0,459	-
LR Qui-quadrado (2)	23,60	0,000	19,92	0,000	0,000
Pseudo R2	0,0818		0,0691		
Curva ROC	0,6539		0,6539		

Fonte: Dados de saída do STATA®

A fim de analisar se o modelo desenvolvido é realmente preditivo, um ponto de corte de 0,10 foi estabelecido, e calculado a sensibilidade e a especificidade do modelo através da Curva ROC (*Receiver Operating Characteristics*), verificou-se que o modelo tem capacidade de discriminar os grupos de variáveis. No caso em questão o resultado foi 0,6539 como se observa na tabela acima. Quando esse valor é maior do que 0,5 a discriminação é aceitável (FAVERO *et al*, 2009), que é o caso em questão.

Ao analisar os coeficientes das variáveis do modelo estimado pela técnica *enter*, a regressão apresentou como significativa apenas as variáveis Prep (p-valor < 10) e Regul (p valor inferior a 10%). Quando o método foi alterado para o *stepwise*, e assim retiradas as interferências relativas às correlações com as outras variáveis, novamente empresas e reguladores nacionais foram apontados como as únicas significativas. No entanto, observa-se um aumento considerável na significância dessas variáveis pelo segundo método. As demais variáveis do modelo investigado, não demonstraram ter significância sobre a aceitação de seus comentários pelo *board*.

Foi demonstrada dessa forma uma associação entre a posição do IASB na norma final e as preferências dos preparadores e reguladores nacionais. Os coeficientes que foram estimados pelo modelo para a Razão de Chances da variável preparador mostraram que os comentários enviados por esse *stakeholder* aumentaram em 3,61 vezes (acréscimo de 261%) as chances de serem aceitos pelo *board*. Quando considerada a variável relativa aos comentários dos Reguladores Nacionais, o coeficiente da Razão de Chances evidenciou que os comentários feitos por esse grupo tem 2,66 (3,66 - 1) chances a mais de ser considerado pelo IASB do que o comentário dos profissionais, das firmas de auditoria, dos acadêmicos, investidores e financiadores.

Quadro 2 - Resultados das Hipóteses Testadas

PREMISSA	HIPÓTESES	RESULTADO
Premissa 1: O tipo de <i>stakeholder</i> que o participante representa está associado ao seu	Hipótese 1) as cartas comentários enviadas por reguladores tem mais chance de serem aceitas do que as enviadas por outros grupos.	Apoiada

sucesso como lobista.	Hipótese 2) as cartas enviadas por empresas em geral tem maior chance de serem aceitas pelo IASB do que as dos demais.	Apoiada
Premissa 2: A cumplicidade ideológica entre lobista e normatizador constitui elemento de influência no devido processo	Hipótese 3) as cartas enviadas pelas firmas internacionais de auditoria estão mais associadas às decisões do IASB	Rejeitada
Premissa 3: ao potencial efeito da regulação sobre o preparador como aumento da chance de sua influência nas decisões do IASB	Hipótese 3) se as empresas estadunidenses tem mais chance de seus comentários serem aceitos do que outros	Rejeitada
Premissa 4: o sucesso do <i>lobbying</i> está associado com o impacto do participante na viabilidade financeira e operacional do IASB	Hipótese 3) os financiadores do órgão, segundo dados encontrados no relatório anual da Fundação IFRS de 2012, tem seus comentários mais associados com as decisões do órgão do que dos outros	Rejeitada

As duas hipóteses que se mostraram adequadas dizem respeito à Premissa 1 de que o tipo de *Stakeholder* que o participante representa está associado ao seu sucesso como lobista. Como já mencionado anteriormente, os reguladores nacionais são imprescindíveis para continuidade do IASB e as empresas sendo a parte que encara os custos da implantação da norma, são também consideradas muito importantes para o *board*. O que justifica esse fato.

As outras hipóteses apresentadas no Quadro 2 foram rejeitadas. As cartas enviadas pelas firmas internacionais de auditoria não foram reconhecidas como significativas pelo teste, as empresas americanas apesar de terem sido as maiores participantes dessa etapa do processo não tiveram mais chance de que seus comentários fossem aceitos pelo IASB e os respondentes que financiaram o órgão no ano da etapa investigada também não. Apesar disso, não se acredita que haja falha no modelo, a pesquisa teve como limitação o fato de apenas uma questão ter sido analisada em uma única etapa do processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objeto investigar as características dos praticantes de *lobbying* em um órgão privado de normatização contábil que é o IASB que tem ganhado respeito e abrangência de seu padrão em todo o mundo. Se considerarmos o fato de que a contabilidade

surgiu junto com a história da própria humanidade, tanto que vários artefatos encontrados sugerem que uma das primeiras funções da escrita foi a de contabilizar, e que essa ciência foi apropriada por cada nação e moldada culturalmente, e que depois de milênios de existência, o processo inverso tem sido percorrido com o intuito de se obter um único padrão, somos capazes de perceber o que está em jogo nesse processo.

Centenas de entidades, organizações e pessoas participaram da segunda minuta de exposição da norma de reconhecimento de receitas. Desde empresas familiares, empresas de pequeno porte até multinacionais e holdings. Uma constatação desse trabalho é de que a contabilidade tem grande importância para todos os interessados em suas normas, já que os mesmos participaram. Interessados de todos os países tem se comprometido com a convergência.

Vários autores tem procurado cada um a sua forma entender como o lobbying acontece, quem é mais efetivo nessa prática e, além disso, elaborar uma teoria que consiga explicar o seu funcionamento. Observou-se que duas hipóteses foram confirmadas nessa pesquisa. Diante do retrocesso do IASB em relação à questão que previa o acréscimo de uma linha adjacente ao item da receita na Demonstração do Resultado do Exercício, os preparadores e os reguladores.

Esses dois grupos são cruciais para afirmação do processo de convergência do IASB. Os preparadores por um lado aplicam as normas contábeis emitidas em suas entidades. Os reguladores por outro tem poder de *'enforcement'* em seus territórios para legitimar a convergência nos países. Outras hipóteses não foram confirmadas pela pesquisa, o que não desacredita sua assertividade apenas oferece elementos das características do lobbying nessa etapa do processo de elaboração da norma.

Para as próximas pesquisas sobre lobbying, um trabalho que consiga verificar quais hipóteses são evidenciadas em todo o processo, e quais são evidenciadas em algumas etapas e em outras não, pode avançar no estabelecimento de uma teoria geral que consiga explicar todo o fenômeno. E principalmente prever em quais etapas é mais relevante a participação de determinada categoria de respondente do que das outras.

REFERÊNCIAS

BOTZEN, Sebastian. **The Politics of Accounting Regulation: Organizing transnational standard setting in financial reporting.** Reino Unido: Edward Elgar, 2012.

CAMFFERMAN, Kess e ZEFF, Stephen A. **Financial Reporting and Global Capital Markets: A History of the International Accounting Standards Committee 1973-2000.** Oxford: Oxford university Press, 2006.

CARMO, Carlos Henrique Silva do. **Lobbying na Regulação Contábil Internacional: uma análise do processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receitas.** 2014. 198 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARMO, Carlos Henrique Silva do; RIBEIRO, Alex Mussoi. **Lobbying na regulação contábil: desenvolvimentos teóricos e testes empíricos.** In: IX CONGRESSO ANPCONT, 2015. Anais Eletrônicos. Curitiba:ANPCONT, 2015. Disponível em:<<http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/artigo/epc-168-lobbying-na-regulacao-contabil-desenvolvimentos-teoricos-e-testes-empiricos>>. Acesso em 05 jun. 2015.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de e CARMO, Carlos Henrique Silva do. **Reconhecimento Contábil de Receitas.** In: MOSQUERA, Roberto Quiroga e LOPES, Alexandro Broedel.(Coords.). Controvérsias Jurídico-Contábeis: Aproximações e Distanciamentos, vol. 3, Dialética, São Paulo, 2012.

DUROCHER, Sylvain; FORTIN, Anne. e CÔTÊ, Louise. **Users' participation in the accounting standard-setting process: a theory-building study,** Accounting, organizations and Society, 32 (1-2), Elsevier, pp. 33-63. 2007.

FÁVERO, Luiz. Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da.; CHAN, Betty Lilian **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.** Rio de Janeiro: Elsevier, p. 339-452, 2009.

FUNDAÇÃO IFRS a. **Quem somos e o que fazemos.** Reino Unido, 2014. Disponível em: <http://www.ifrs.org/The-organisation/Documents/WhoWeAre_Portuguese_JAN_2014.pdf>

Acesso em: 17 nov. 2014.

FUNDAÇÃO IFRS b. **How we develop IFRS**. Reino Unido. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/How-we-develop-standards/Pages/How-we-develop-standards.aspx> > Acesso em: 17 nov. 2014.

FUNDAÇÃO IFRS c. **Project Summary and Feedback Statement**. Reino Unido, 2014. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Revenue-Recognition/Documents/IFRS-15/Revenue-from-Contracts-Project-summary-Feedback-Statement-May-2014.pdf> > Acesso em: 17 nov. 2014.

FUNDAÇÃO IFRS d. **Use around the world**. Reino Unido. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Jurisdiction-profiles.aspx> > Acesso em: 17 nov. 2014.

FUNDAÇÃO IFRS. **Exposure Draft ED/2011/6**: A revision of ED/2010/6 Revenue from Contracts with Customers. Reino Unido, 2011. Disponível em: < http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Revenue-Recognition/EDNov11/Documents/RevRec_EDII_Standard.pdf > Acesso em: 18 nov. 2014.

GINER, Begoña e ARCE, Miguel. **Lobbying on Accounting Standards**: Evidence from IFRS 2 on Share-Based Payments. In: _____ European Accounting Review, 21:4, 655-691. 2012.

GLOBAL TELECOMMUNICATIONS OPERATORS. **Carta Comentário nº 332**. Comment Letters on Exposure draft (ED/2011/6): Revenue from Contracts with Customers. 2011. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/CommentLetter_C/CommentLetterPage%26cid=1218220137090%26project_id=2011-230> Acesso em: 31 jan. 2015.

HARING JR, John R. **Accounting Rules and "The Accounting Establishment."** In: _____ Journal of Business, 52(4), 507-519. 1979.

IBM CORPORATION. **Carta Comentário nº 26**. Comment Letters on Exposure draft (ED/2011/6): Revenue from Contracts with Customers. 2011. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/CommentLetter_C/CommentLetterPage%26cid=1218220137090%26project_id=2011-230> Acesso em: 31 jan. 2015.

LINDAHL, Frederic W. **Accounting standards and Olson's theory of collective action**. In: _____ Journal of Accounting and Public Policy, 6(1), 59-72. 1987.

MC LEAY, Stuart; MERKL, Doris. **Drafting Accounting Law: Na Analysis of Institucionalized Interest Representation**. . In: LEUZ, Christian; PFAFF, Dieter e

HOPWOOD, Anthony. *The Economics and Politics of Accounting: International Perspectives on Research Trends, Policy and Practice*. Reino Unido: OXFORD, 2004.

MC LEAY, Stuart; ORDELHEIDE, Dieter e YOUNG, Steven. **Constituent Lobbying and Its Impact on the Development of Financial Reporting Regulations** : Evidence from Germany. In: LEUZ, Christian; PFAFF, Dieter e HOPWOOD, Anthony. *The Economics and Politics of Accounting: International Perspectives on Research Trends, Policy and Practice*. Reino Unido: OXFORD, 2004.

ORDELHEIDE, Dieter. **The Politics of Accounting: A Framework**. In: LEUZ, Christian; PFAFF, Dieter e HOPWOOD, Anthony. *The Economics and Politics of Accounting: International Perspectives on Research Trends, Policy and Practice*. Reino Unido: OXFORD, 2004.

PURO, Marsha. **Audit Firm Lobbying Before the Financial Accounting Standards Board: An Empirical Study**. In: _____ *Journal of Accounting Research*, 22(2), 624. 1984.

SUTTON, Timothy G. **Lobbying of a accounting standard-setting bodies in the UK and the USA: a Downsian analysis**. In: _____ *Accounting, Organizations and Society*. 1984.

WATTS, Ross Le ZIMMERMAN, Jerold L. **Towards a positive theory of the determination of accounting standards**. In: _____ *The Accounting Review*. 1978

ZEFF, Stephen A. **Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality**. In: _____ *The British Accounting Review* 39 (2007), sine loco: ELSEVIER, 2007.

ZEFF, Stephen A. **Political lobbying on Accounting Standards - US, UK and international experience**. In: NOBES, Christopher e PARKER, Robert. *Comparative International Accounting*. Englando, Prentice Hall, 10th edition, 2008.